



REPÚBLICA DE ANGOLA

Embaixada da República de Angola na República Portuguesa

RESENHA DE IMPRENSA ANGOLANA

07 de Janeiro de 2025

Elaborado por: Serviços de Imprensa

Av.^a da República nº68, 1069-213
Lisboa - Portugal
Telf.: (+351) 965902180
Fax: (+351) 217 951 778
embaixada.portugal@mirex.gov.ao • www.embaixada.pt



mirex.gov.ao
Ministério das Relações Exteriores

JORNAL DE ANGOLA *On Line*

TERÇA-FEIRA, 07 DE JANEIRO DE 2025

“Agenda da União Africana vai estar em boas mãos durante o mandato de João Lourenço”

A agenda 2063 da União Africana (UA), documento que contém o projecto e o plano mestre para o desenvolvimento do potencial global do continente africano, vai estar em boas mãos, com a chegada de João Lourenço ao cadeirão máximo da organização continental, dado o facto de ser um Presidente comprometido com os assuntos africanos.

As declarações foram proferidas, ontem, em Luanda, pelo presidente da Comissão da UA, o diplomata tchadiano Moussa Faki Mahamat, no final de uma audiência que lhe foi concedida pelo Chefe de Estado, João Lourenço, no Palácio da Cidade Alta.

"Estamos tranquilos, pois, durante a programação de 2025, a Agenda 2063 estará, de facto, em boas mãos", disse, reforçando que o Presidente João Lourenço tem sido o artífice da paz e, também, da reconciliação a nível do continente", destacou Moussa Faki, para quem este facto constitui um regozijo para o continente.

O presidente da Comissão da UA disse ter aproveitado o encontro para encorajar o estadista angolano a levar a peito a agenda 2063 da organização continental. "Congratulamo-

nos porque o Presidente João Lourenço vai assumir a União Africana durante este ano de 2025", ressaltou. A paz e a segurança no continente foi outro tema que dominou a audiência que o Presidente João Lourenço concedeu a Moussa Faki.

O diplomata considerou este assunto um grande desafio para o continente, tendo destacado a situação reinante no Leste da República Democrática do Congo (RDC) e, agora, em Moçambique.

Sobre a crise de paz e segurança na RDC, o presidente da Comissão da União Africana destacou o papel de João Lourenço no processo de busca da paz definitiva para aquela região da RDC.

"Não é em vão que Sua Excelência o Presidente João Lourenço foi indigitado pela União Africana como Campeão para a Paz e Segurança, por via da qual tem pilotado o Processo de Luanda para trazer uma paz entre os dois países, no caso o Rwanda e a RDC", aclarou Moussa Faki Mahamat, reforçando que o contributo de João Lourenço a este processo de paz está a permitir ressurgir o sentimento de tranquilidade e de paz.

O encontro permitiu passar, ainda, em revista vários outros temas que dominam a actualidade no continente, com destaque para a preparação da próxima Cimeira de Fevereiro da União Africana, que vai elevar João Lourenço ao cargo de Presidente da organização continental.

No plano dos ganhos conseguidos pelo continente, em 2024, o presidente da Comissão da União Africana apontou a Zona de Comércio Livre Continental, a conquista de um assento no G20 e a inclusão de jovens e mulheres em todos os processos que a União Africana tem levado a cabo.

O diplomata, que se encontra em fim de mandato, avançou que este foi um dos temas que motivou a sua ida ao

Palácio da Cidade Alta, para apresentar ao Presidente da República cumprimentos de fim de missão e de agradecimento por todo o apoio que recebeu de Angola durante o seu consulado.

João Lourenço vai assumir, a partir do próximo mês, a presidência rotativa da União Africana (UA), órgão máximo da organização continental. O facto vai acontecer durante a 38ª sessão ordinária da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da UA, prevista para os dias 15 e 16 de Fevereiro.

Será a primeira vez que Angola vai dirigir este órgão máximo da União Africana, facto que coincidirá com o ano da comemoração dos 50 anos da Independência do país.

A agenda 2063 da União Africana

A agenda 2063 é o projecto e plano mestre de África para transformar o continente na potência global do futuro. O documento contém a estrutura estratégica do continente, que visa cumprir a sua meta de desenvolvimento inclusivo e sustentável, e é também uma manifestação concreta do impulso pan-africano por unidade, autodeterminação, liberdade, progresso e prosperidade colectiva, perseguidos sob o pan-africanismo e o renascimento africano.

A génese da Agenda 2063

A génese da Agenda 2063 foi a percepção dos líderes africanos de que havia uma necessidade de reorientar e re-priorizar a agenda da África da luta contra o apartheid e a obtenção da independência política para o continente, que havia sido o foco da Organização da Unidade Africana (OUA), a precursora da União Africana.

Como uma afirmação do seu compromisso em apoiar o novo caminho de África para alcançar o crescimento económico inclusivo e sustentável e o desenvolvimento, os Chefes de Estado e de Governo africanos assinaram a Declaração Solene do 50º Aniversário durante as celebrações do Jubileu de

Ouro da formação da OUA/UA, em Maio de 2013. A declaração marcou a rededicação de África em direcção à obtenção da visão Pan-Africana de uma África integrada, próspera e pacífica, impulsionada pelos europeus seus próprios cidadãos, representando, deste modo, uma força dinâmica na arena internacional.

A Agenda 2063 é a manifestação concreta de como o continente pretende alcançar essa visão dentro de um período de 50 anos, isto é, de 2013 a 2063. A África do futuro foi capturada numa carta apresentada pela ex-presidente da Comissão da União Africana, a sul-africana Nkosazana Dlamini Zuma.

A necessidade de vislumbrar uma trajectória de desenvolvimento de longo prazo de 50 anos para a África é considerada importante, pois a África precisa revisar e adaptar a sua agenda de desenvolvimento devido às transformações estruturais em andamento, aumento da paz e redução do número de conflitos, crescimento económico renovado e progresso social, a necessidade de desenvolvimento centrado nas pessoas, igualdade de género e empoderamento dos jovens.

A Agenda 2063 identifica, ainda, as principais actividades a serem realizadas nos seus Planos de Implementação de dez anos, que garantirão que a Agenda 2063 forneça resultados transformacionais quantitativos e qualitativos para os povos de África. (J.A.)++++

Preservação da paz garante alcance da estabilidade económica e social

O povo angolano deve continuar a preservar a paz, para alcançar a estabilidade social e económica almejada, afirmou, domingo, na cidade do Lubango, província da Huíla, a presidente da Assembleia Nacional, Carolina Cerqueira.

A líder parlamentar, que falava no final de um culto ecuménico, em alusão aos 25 anos de ordenação episcopal do arcebispo metropolitano do Lubango, D. Gabriel Mbilingi, acrescentou que a paz efectiva em Angola, assim como a comunhão de homens e mulheres têm permitido a construção das bases para o desenvolvimento e prosperidade dos angolanos.

“Estou lisonjeada e muito agradecida pelo convite, para estar presente hoje e partilhar esta importante data do jubileu de D. Gabriel Mbilingi. Aproveito a ocasião para apelar que a paz continue a ser o denominador comum do nosso país. Angola é um dos poucos países africanos com estabilidade, paz efectiva e uma comunhão de homens e mulheres, engajados em melhorar as condições sociais e económicas”, disse.

A responsável lembrou que, dentro de um mês, o Presidente da República, João Lourenço, vai assumir a presidência da União Africana e, certamente, continuará a defender a “linguagem” da paz a nível do continente africano.

Carolina Cerqueira endereçou, ainda, os parabéns a Dom Gabriel Mbilingi e encorajou-o a continuar a ser um homem de fé e acção, na elevação da espiritualidade, e defensor intransigente dos Direitos Humanos, da liberdade, prosperidade e felicidade do povo angolano.

Felicitações do Papa e da Vice-Presidente da República

Na celebração do jubileu de 25 anos de episcopado de Dom Gabriel Mbilingi, realizada no pavilhão de Nossa Senhora do Monte, participaram várias figuras de destaque, a exemplo do governador provincial da Huíla, Nuno Mahapi Dala, o presidente da UNITA, Adalberto Costa Júnior, e três mil fiéis idosos de várias províncias do país e da Namíbia.

Na ocasião, Dom Gabriel Mbilingi recebeu muitas mensagens de felicitações, com destaque para a do Papa

Francisco e da Vice-Presidente da República, Esperança da Costa, representada na cerimónia por Elsa Bárber Dias dos Santos.

Adalberto Costa Júnior

O presidente da UNITA, Adalberto Costa Júnior, considerou uma satisfação imensa testemunhar a longa trajectória de serviço pastoral de Dom Gabriel Mbilingi.

“Dom Gabriel Mbilingi comemorou 25 anos, desde a sua elevação a Bispo, mas comemora, aproximadamente, 43 anos de sacerdócio. Por isso, é uma satisfação múltipla, porque também estive no Vaticano, quando ele foi ordenado Bispo. Desejo que D. Gabriel Mbilingi continue o seu serviço pastoral e tenha muita saúde”, referiu.

Ordenação de novos padres marca episcopado de Dom Mbilingi

O crescimento do número de padres na Arquidiocese do Lubango, de 67 para 115, o surgimento de uma vigararia e a projecção de outras constam dos feitos do consulado do arcebispo metropolitano do Lubango, Dom Gabriel Mbilingi. Neste jubileu, o arcebispo esteve por oito anos na Diocese do Luena (Moxico) e está há 17 na Arquidiocese do Lubango.

O acto central, uma missa pelo jubileu episcopal, contou com mais de mil pessoas, entre fiéis, autoridades governamentais, líderes religiosos, deputados, entre outros.

Dom Gabriel Mbilingi vai, ainda, comemorar os 25 anos de episcopado no Lobito (Benguela), onde iniciou a missão religiosa, no Huambo, Luena (Moxico) e depois no Cuito (Bié), onde nasceu. O arcebispo do Lubango nasceu em 1958 no Bié. Fez o curso de Filosofia e Teologia no Seminário Maior de Cristo Rei, no Huambo. Foi ordenado diácono em Outubro de 1983 e sacerdote em Fevereiro do ano seguinte.

Foi vigário paroquial de S. João Baptista, no Lobito, licenciado em Filosofia e Teologia Oral em Roma (Itália). Foi

conselheiro geral da Congregação-Roma, de 1998 a 1999. Neste último ano, foi nomeado bispo coadjutor do Luena e, posteriormente, bispo da mesma diocese, de 2000 a 2008.

Foi nomeado arcebispo-coadjutor do Lubango em Novembro de 2006 e desde Setembro de 2009 até ao momento é o arcebispo metropolitano da Arquidiocese. Já desempenhou as funções de vice-presidente e presidente da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST), da Associação Inter-Regional dos Bispos da África Austral (IMBISA), bem como foi vice-presidente e presidente do Simpósio das Conferências Episcopais de África e Madagáscar (SECAM).

Além de arcebispo metropolitano do Lubango, é membro do Conselho Permanente da Secretaria-Geral do Sínodo dos Bispos da Igreja Católica.

Dom Gabriel Mbilingi agradeceu a todos que o apoiaram na longa jornada sacerdotal, tendo prometido continuar a defender os preceitos da dignidade humana e os mais desfavorecidos. *(J.A.)++++*

“Angolanos devem continuar a preservar a paz” - Carolina Cerqueira

A presidente da Assembleia Nacional, Carolina Cerqueira defendeu, domingo, na cidade do Lubango, província da Huíla, que o povo angolano deve continuar a preservar a paz, para poder alcançar a estabilidade social e económica desejada.

Carolina Cerqueira que falava no final de um culto ecuménico que marcou os 25 anos de ordenação episcopal do arcebispo Metropolitano do Lubango, D. Gabriel Mbilingi, sublinhou que a paz efectiva em Angola, assim como a comunhão de homens e mulheres têm permitido a construção das bases para o desenvolvimento e prosperidade dos angolanos.

“Estou lisonjeada e muito agradecida pelo convite que me foi feito para estar presente hoje e partilhar esta importante data do jubileu de D. Gabriel Mbilingi”, acrescentou.

“Aproveito a ocasião para apelar que a paz continue a ser o denominador comum do nosso país. Angola é um dos poucos países africanos com estabilidade, paz efectiva e uma comunhão de homens e mulheres engajados em melhorar as condições sociais e económicas”, salientou.

A responsável lembrou, ainda que, dentro de um mês, o Presidente da República de Angola, João Lourenço, assumirá o cargo da presidência rotativa da União Africana e, certamente, vai continuar a defender a “linguagem” da paz a nível do continente. (J.A.)++++

Investimentos públicos no OGE/2025 são oportunidades para empresários

Orçamento Geral do Estado (OGE)/2025 reserva 5,5 biliões de kwanzas para a execução dos Programas de Investimentos Públicos (PIP), uma excelente oportunidade para bons negócios para os empresários e investidores. Este apelo foi feito, ontem, em Luanda, pelo ministro de Estado para a Coordenação Económica.

José de Lima Massano liderou a jornada de campo da Equipa Económica do Governo a duas fábricas instaladas no Pólo de Desenvolvimento Industrial de Viana (PDIV), em Luanda.

A ocasião serviu, também, um encontro com três associações importantes e que são determinantes na oferta de bens e serviços de produção nacional, designadamente Madeireiros, Cimenteiras e Materiais de Construção.

Durante o diálogo mantido com as associações, José de Lima Massano disse não ser admissível que o país continue a registar altíssimos indicadores de importação em produtos

com capacidade interna instalada. Embora tenha reconhecido os 8,0 por cento de crescimento registado pela indústria, lembrou que o peso real do Produto Interno Bruto (PIB) não ultrapassou ainda, até ao 3º trimestre, os 2,5 por cento, o que revela o enorme caminho pela frente.

“O subsector dos materiais de construção é de elevadas potencialidades e disso sabemos todos. Neste 2025, pretendemos tirar maior proveito da capacidade instalada.

O que verificamos é que, pese embora, as várias iniciativas de dinamização da nossa economia, o material de construção vem crescendo; o ano passado (2024), segundo dados preliminares que vão até ao III trimestre, comparativamente ao ano anterior, o crescimento foi de 8,0 por cento.

Mas, ainda assim, quando olhamos para o peso que este sector tem na estrutura do PIB ainda é pequeno, com cerca de 2,5 por cento. Gostaríamos de ver, tendo presente tudo o que está acontecer na nossa economia e o que temos projectado para este ano (2025), um papel mais activo das indústrias dos materiais de construção”, afirmou.

O chefe da Equipa Económica não tem dúvidas dos incentivos existentes e quer apenas maior proveito dos fazedores do mercado. Disse que até Novembro de 2024, Angola importou em materiais de construção 1,5 mil milhões de dólares. “É perfeitamente inaceitável. Compreendemos todos”, disse.

Segundo disse, não se tirando proveito, hoje, da capacidade produtiva do mercado, está-se a condicionar o crescimento da economia, a geração de renda e a melhoria de vida dos cidadãos.

Visão dos ministérios

O ministro da Indústria e Comércio, Rui Miguêns de Oliveira, que integrou à comitiva, destacou como positivo o encontro, pois foi antecedido por duas visitas a unidades

fabris do Pólo Industrial de Viana. “Neste diálogo com as associações de materiais de construção, com os produtores da indústria da madeira e os do cimento, avaliámos quais são as preocupações que cada um dos sectores tem e discutimos a possibilidade de, com esta interacção, encontrarmos as soluções, para que rapidamente algumas dessas preocupações possam ser endereçadas e resolvidas.

Entre as preocupações, algumas têm a ver com a melhoria dos processos e procedimentos, quer na importação, quer na exportação; a redução de alguns passos que, burocraticamente, possam estar a prejudicar e também a redução de custos, principalmente a nível de movimentação de importações e exportações.

Nesse domínio, a preocupação que o Governo colocou tem a ver com a necessidade de as indústrias produzirem a um nível maior da capacidade, pois boa parte delas está a produzir muito abaixo daquilo que é a capacidade de produção instalada.

“Portanto, com isso, conseguirmos, que o produto final não só tenha a qualidade necessária, mas também seja mais acessível para as condições de capacidade aquisitiva que o mercado tem”, disse.

Por sua vez, o ministro da Construção, Carlos Alberto, concordou, de igual modo, ter sido um encontro muito bom, ademais tratando-se de início do novo ano. “Temos projectos aprovados a nível do Orçamento Geral do Estado para 2025, que vão ter início em breve e esta concertação com as associações é importante.

Em relação à Associação dos Materiais de Construção, foi importante perceber que as empresas que dela são parte podem, de facto, apoiar muito mais nos programas internos. Vou citar aqui um exemplo importante; temos um programa que é a auto-construção dirigida em que vamos

precisar de materiais de construção diversos para as habitações e, encontramos nesses produtores, esta possibilidade. O que definimos acima de tudo é um trabalho conjunto com as mesmas empresas, porque mais do que pensar em importar materiais feitos lá fora, devemos dar ênfase à produção nacional, com toda a vantagem em termos de emprego e dinâmica da economia nacional que podemos ter”, afirmou.

Segundo o ministro da construção, o Governo vai enveredar, embora já exista em pequena escala, a produção de pavimentos rígidos, ou seja, o pavimento utilizando betão, cimento.

“Esses pavimentos têm uma vantagem: têm uma durabilidade maior e também são mais fáceis nas acções de conservação e manutenção. Para isso, precisamos de contar com as empresas nacionais e precisamos de, acima de tudo, também contar com uma qualidade produtiva que nos permita ter boas e boas estradas.

Ou seja, estradas de betão e estradas de solo-cimento também. Nós temos uma vantagem dupla. Por um lado, utilizamos a produção nacional, criamos emprego e dinâmica economia, que até agora não tínhamos. Por outra, temos uma maior durabilidade das estradas também”, afirmou o ministro Carlos Alberto.

Mercado vai importar clínquer até meados do ano (matéria-prima) para produção de cimento

O presidente da Associação das Cimenteiras de Angola, Manuel Pacavira Júnior, disse, que fruto da concertação com o Governo, ficou aprovado que o país tem ainda a necessidade de importar clínquer de (cimento)150 toneladas em três fases para colmatar o défice actual.

De acordo com o líder associativo, o défice interno que se verifica resulta da paralisação das principais cimenteiras dos últimos anos do CIF, mas que se perspectiva a sua

reactivação para Junho ou Julho, é consensual que se importe até lá, altura da retoma da auto-suficiência interna. Manuel Pacavira entende que a paralisação da fábrica CIF esteja a gerar enormes constrangimentos há mais de um ano, mas com as ideias traçadas se possa perspectivar uma rápida recuperação dos níveis de satisfação da procura.

Para o líder das cimenteiras, o actual preço que representa quase ou mesmo o dobro de a bem pouco tempo, tem nesse cenário de escassez a explicação de facto. Logo, superados os constrangimentos, vai-se também responder ao fenómeno de maior procura e pouca oferta, razão pela qual a importação temporária é vista como uma excelente medida.

(J.A.)++++

Ministro do Interior defende serviços próximos do cidadão

O ministro do Interior defendeu segunda-feira, em Luanda, a necessidade do Comando Geral da Polícia Nacional prestar maior atenção aos serviços prestados às populações pela Direcção de Trânsito e Segurança Rodoviária (DTSR).

Manuel Homem entende que os serviços prestados pela DTSR devem ser de maior qualidade, de modo a responder, com mais eficiência, as preocupações e reclamações dos cidadãos. A Polícia Nacional, sublinhou, deve continuar a materializar a estratégia de prevenção e correcção de comportamentos ilícitos, visando o combate à corrupção activa e passiva.

Prioridades dos sectores

A redução da morosidade nas fronteiras com o uso de meios técnicos e tecnológicos adequados a operações coordenadas de fiscalização migratória constituem, para o ministro, prioridades para melhorar o controlo da imigração ilegal.

O Serviço de Investigação Criminal (SIC), frisou, deve intensificar a capacitação dos quadros e continuar a dedicar especial atenção à prevenção e combate aos crimes cibernéticos e aos organizados, bem como ao contrabando de combustíveis.

Aos quadros do Serviço de Migração e Estrangeiro (SME), Manuel Homem pediu para continuarem com as reformas em curso, que vão garantir maior robustez na actuação dos agentes, sobretudo nos actos relacionados com a legalidade migratória.

Este ano, prosseguiu, os membros do Serviço Penitenciário devem trabalhar para cada vez mais humanizar os serviços, com políticas de reeducação e ressocialização mais concretas. “A meta é reduzir a superlotação dos estabelecimentos penitenciários, assim como dar uma especial atenção aos agentes que trabalham no interior penal”.

Em relação ao Serviço de Proteção Civil e Bombeiros, o ministro defendeu o reforço da capacidade de resposta, de forma a elevar a capacidade técnica, operativa e pedagógica dos membros. “É preciso, também, um maior trabalho de sensibilização dos cidadãos sobre os cuidados a ter para evitar situações de risco”.

Gestão de quadros

Em relação à gestão dos recursos humanos, o ministro pediu atenção ao recadastramento dos agentes de todos os órgãos do Ministério do Interior no país. “Além das correções a serem feitas nos modelos de ingresso nos órgãos do Ministério do Interior, o processo de reavaliação dos candidatos em curso deve apresentar os resultados nos prazos estabelecidos”, disse.

“O Ministério do Interior deve privilegiar a cooperação e a colaboração com os órgãos de comunicação social, promovendo o fácil acesso à informação de interesse público, a

fim de criar um ambiente que mitigue a desinformação”, destacou.

Registados mais de 1.600 crimes durante a quadra festiva

Mil seiscentos e sessenta e dois crimes foram registados pelo Posto de Asseguramento da Quadra Festiva em todo o país, de 20 de Dezembro de 2024 a 2 de Janeiro deste ano. Pela prática, 1.187 cidadãos foram detidos, por, supostamente, estarem implicados nestes ilícitos.

A informação foi prestada ontem, em Luanda, pelo director de Segurança Pública e Operações, e porta-voz do Posto de Asseguramento, Orlando Bernardo, que fez o balanço das actividades realizadas durante o período de festas.

O Posto de Asseguramento da Quadra Festiva, informou, registou, ainda, 36 homicídios voluntários, 16 abusos sexuais, nove agressões sexuais, 226 ofensas à integridade física, 95 roubos e 157 furtos de bens diversos.

Orlando Bernardo disse que parte considerável dos homicídios voluntários ocorreram no meio familiar, entre pessoas conhecidas. Em termos de investigação, disse, foram acompanhadas 325 sequências investigativas, 108 mandados que resultaram na detenção de 175 pessoas, bem como na abertura de 42 autos de notícia. “As forças de defesa e segurança asseguraram 1.345 bairros críticos e 987 focos delituosos em vários pontos do país”.

O comissário referiu que, neste período, foram registados 394 acidentes de viação, que causaram 76 mortes e 567 feridos. “As barreiras colocadas ao longo das vias, o número considerável de agentes, as apreensões de viaturas e motorizadas tiveram influência na redução da sinistralidade rodoviária”, garantiu.

O porta-voz do Posto de Asseguramento considerou de positivo os resultados, assim como elogiou o bom

comportamento dos cidadãos que facilitou a actividade das forças do Ministério do Interior. (J.A.)++++

Mercados BODIVA fecham sessões em terreno neutro

Os dados do mercado de bolsa de acções, disponibilizados, ontem, mas que reportam a última sexta-feira mostram um registo de operações diárias sem variação nenhuma.

Os quatros activos cotados fecharam a sessão do dia tal como iniciaram, mantendo, desde logo, os mesmos preços por cada acção, embora tivessem, no conjunto, registado 29 negócios e um volume total de 485.

Facto é que Bodiva, Ensa, Banco Caixa Angola e Banco BAI seguiram no fim do dia tal como entraram na abertura, com novos negócios, mas sem novos preços. Neste momento, a acção mais valorizada continua à do Banco BAI, que vale 55 989 kwanzas. Segue-se à Bodiva, com 23 000; à Ensa, que vale 19 000 kwanzas e por fim o Banco Caixa Angola, com 13 000 kwanzas.

Na sessão do boletim disponibilizado ontem, as acções mais procuradas foram do Banco Caixa Angola, com 12 no total. Seguiu-se a Bodiva (9), Ensa (5) e o BAI (3).

Informações gerais

O relatório mensal sobre os mercados Bodiva, referente ao mês de Novembro, indicam que no período Setembro, Outubro e Novembro, relativamente ao volume de negócios, foram estimados mais de 1,5 biliões de kwanzas.

O mês de Outubro com 659,5 mil milhões de kwanzas foi o de maiores negócios. Seguiu-se o Setembro com 482,5 mil milhões de kwanzas e, por fim, o Novembro com 367,7 mil milhões.

Em relação ao Mercado de Bolsa de Títulos do Tesouro, Outubro com 112,3 mil milhões foi, mais uma vez, o

mês de mais negócios. Novembro registou 99,9 mil milhões e o Setembro ficou-se nos 69 mil milhões de kwanzas. Em Novembro, os Bilhetes de Tesouro negociaram 8,8 mil milhões; em Outubro 30,4 mil milhões e em Setembro 21,1 mil milhões. Já as Obrigações do Tesouro indicaram 91 mil milhões em Novembro; 81 mil milhões em Outubro e 47,8 mil milhões de kwanzas em Setembro.

Quanto ao Mercado de Bolsa de Obrigações Privadas, os registos assinalam negociações de 73,6 milhões em Setembro; 68,8 milhões em Outubro e 12,2 milhões em Novembro. Há, também, registo do Mercado de Bolsa de Unidades de Participação, em que em Outubro obteve-se o registo de 371 mil kwanzas e em Novembro 124 mil.

O objecto social da Bodiva consiste na gestão dos mercados regulamentados em Angola, podendo ainda exercer actividades conexas à função de prestação de serviços relacionados com a emissão e a negociação de Valores Mobiliários e outros instrumentos financeiros que não constituam actividade de intermediação financeira; elaboração, distribuição e comercialização de informações relativas a mercados de instrumentos financeiros, só para citar estes pressupostos.

(J.A.)++++

BNA fixa taxa de retenção para os bancos sistémicos

Os nove (9) bancos sistémicos da classificação do Banco Nacional de Angola (BNA) no mês de Novembro vão, este mês de Janeiro, manter a obrigatoriedade legal de cada um deles depositar um determinado percentual em reserva obrigatória, conforme definido pelo regulador.

Trata-se dos bancos Angolano de Investimentos (BAI), Fomento Angola (BFA), Standard Bank de Angola (SBA), Banco BIC, Banco de Poupança e Crédito (BPC), Millennium Atlântico (BMA), Económico (BE), Keve e o de

Comércio e Indústria (BCI). Bancos sistémicos são instituições financeiras que, devido ao seu tamanho, podem colocar em risco a economia nacional caso falham. A sua importância é tal que a falência de um deles representa um perigo para o sistema financeiro.

Por essa razão, o regulador (BNA) definiu, sob forma de lei, a retenção de um cativo designado por reserva obrigatória para salvaguardar quaisquer falhas e colapsos. Para este mês de Janeiro, o BAI e o BFA são obrigados a manter como reserva obrigatória 2,0 por cento junto do banco central.

Standard Bank Angola (SBA), Banco BIC, BPC e BMA estão obrigados a reter 1,5 por cento.

Para os bancos os restantes três designadamente Económico, Keve e BCI ficam obrigados a uma retenção como Reserva Obrigatório de 1,0 por cento. Reservas obrigatórias são uma percentagem dos depósitos de bancos comerciais que deve ser depositada no banco central, de acordo com a taxa definida por este.

Sobre a maturidade overnight nas operações do banco central, está fixada uma taxa de 21,84 por cento. (J.A.)++++

Ministro orienta melhorias dos serviços no Huambo

O novo Conselho de Administração da Empresa Pública de Águas e Saneamento do Huambo foi orientado pelo ministro João Baptista Borges a trabalhar na melhoria dos serviços prestados à população. O ministro da Energia e Águas baixou a orientação durante a cerimónia de posse, ontem, dos novos membros da empresa.

Para exercer a função de presidente do Conselho, foi empossado Venceslau Txindji Chissupa, enquanto Hélder Kissolo Kele Tona e Dinamene Carvalho Reis Teixeira, assumem, respectivamente, as funções de administradores para as áreas Técnica e Financeira. Assegurada por 401

trabalhadores, a Empresa Pública de Águas e Saneamento do Huambo distribui um milhão, 93 mil 106 metros cúbicos de água/mês, num regime de 18 a 20 horas/dia nas cidades da Caála e do Huambo, assim como nas vilas municipais do Bailundo e Ecuinha.

Para as centralidades Fernando Faustino Muteka (Caála), Halavala (Bailundo) e do Lossambo (Huambo) abastece num sistema de 24/24 horas. A empresa tem o registo de 86 mil clientes cadastrados, dos quais 56 mil activos, mas com uma cultura de pagamento, apenas, na ordem de 50 por cento.

Na mesma cerimónia, o ministro João Baptista Borges empossou o director-geral do Gabinete para o Aproveitamento do Médio Kwanza (GAMEK) Carlos Alberto dos Reis, que passa a ser coadjuvado por Nuno Hélder Correia Brandão, enquanto José Camalândua Veloso tomou posse como director do gabinete do secretário de Estado para a Energia. (J.A.)++++

UNITA respeita acórdão do Tribunal Constitucional

O líder da UNITA, Adalberto da Costa Júnior, garantiu, ontem, em Benguela, que o partido vai respeitar o acórdão do Tribunal Constitucional, sobre a reintegração do militante José Pedro Kachiungo.

Adalberto da Costa Júnior, que falava à imprensa, no final de um encontro de trabalho interno sobre as actividades do partido do “galo negro”, realizado em Benguela, disse que o acórdão está claro e a UNITA só vai cumprir.

O político pediu aos órgãos de comunicação para divulgarem a realidade da decisão do acórdão sobre o assunto, e não se deixar influenciar pelo que está a viralizar nas redes sociais.

O acórdão, de acordo com o presidente da UNITA, é claro e não tem a ver com as reivindicações apresentadas pelo

militante, sublinhando que o tribunal teve o cuidado de dar o tratamento devido, que levou ao conhecido desfecho. O partido, referiu Adalberto da Costa Júnior, vai levar ao Parlamento uma proposta de alteração de algumas leis eleitorais, com o objectivo de democratizar a lei dos partidos políticos, a lei da comunicação e de terras.

“O objectivo é fazer com que o cidadão participe das discussões e ter uma via que construa uma Angola para todos e de apoiar um partido que tenha um compromisso com a democracia e com o desenvolvimento e deixar ficar no caminho quem não quer fazer reformas”, disse.

O líder da UNITA ressaltou, por outro lado, que 2025 é o ano do Congresso da UNITA, onde se vai manter a perspectiva da pluralidade no seu tempo, adequado. (J.A.)++++

Cidadãos no Cunene antevêm combate às desigualdades sociais

A criação de oito novos municípios para a província do Cunene, no quadro da nova Divisão Político-Administrativa, vai responder aos desafios do combate às assimetrias regionais e às desigualdades sociais, com a aproximação dos serviços públicos às populações.

A previsão é dos cidadãos da província, que destacam o novo regime jurídico, que criou os municípios de Cafima, Nehone, Chiedi, Mupa, Chissuata, Naulila, Chitado e Humbe, passando de seis para 14 actuais.

Em declaração à Angop, os cidadãos de Ondjiva afirmaram que, além de garantir a ocupação integral do território e racionalizar os serviços da Administração do Estado, a DPA vai promover o desenvolvimento e combater as assimetrias.

Para o Rei do Ombala yo Mungo, Mário Satypamba, a expectativa é garantir o acesso da população aos serviços básicos, com particular realce para os residentes nas zonas

rurais que têm que se deslocar à sede dos municípios ou da província para tratar de um documento. Disse que a mesma vai reverter a situação da exclusão social, onde algumas comunidades dispõem de serviços próximos e outros os seus habitantes têm que se movimentar para satisfação das necessidades.

O secretário da UNITA no Cunene, Torga Pageiko, disse que o propósito principal da divisão administrativa é fazer com que os serviços estejam mais próximos do cidadão, daí a ansiedade da população de ver mudanças significativas.

A necessidade de um trabalho profundo, disse, para que as condições estejam criadas, no sentido de corresponder com os propósitos da materialização e que as populações tenham os serviços básicos mais próximos.

“É bem verdade que não será no dia para noite, mas é fundamental primar pelas boas formas de resolução dos inúmeros problemas que afligem os cidadãos das regiões”, sustentou.

O secretário do Partido de Renovação Social (PRS) no Cunene, Miguel Ndapewovano, referiu que com a instalação de mais oito municípios, haverá mais emprego para a juventude, aproximação dos serviços para a sociedade que deixarão de se deslocar até à sede do Cuanhama.

O secretário do Conselho Provincial da Juventude (CPJ), Praia Chivela, sublinhou que a divisão administrativa constitui sinal claro da luta contra as assimetrias, pois que, actualmente, muitos jovens para verem resolvido a situação académica ou formação técnico-profissional têm que mudar para os centros urbanos.

Para o gestor de Recursos Humanos, João Kalembe, com o surgimento de mais oito municípios, a principal vantagem será o desenvolvimento, ressaltando que com a aprovação do

OGE 2025 foram acauteladas verbas para o progresso destes municípios. (J.A.)++++

IGAE regista 244 denúncias na província do Cuanza-Norte

Duzentas e 44 denúncias, por mau atendimento nas instituições públicas e hospitais, foram registadas em 2024, pela Delegação Provincial da Inspeção Geral da Administração do Estado (IGAE), na província do Cuanza-Norte. Dados comparativos indicam que em 2023, aquela instituição registou 300 reclamações, com maior incidência nos sectores da Saúde, Educação e Administração do Estado.

A informação foi avançada, ontem, pelo delegado provincial da IGAE, José Manuel, em declarações à Angop, quando procedia ao balanço das acções desenvolvidas pelo sector, durante o ano anterior, tendo realçado que 93 acusações foram resolvidas no terreno pela Brigada Operativa de Inspectores.

Das 198 denúncias e reclamações feitas via telefónica, através do terminal 943049348, esclareceu o responsável, 77 foram validadas, enquanto outras 46, com 25 legitimadas, feitas em formato físico.

José Manuel referiu, também, que a população reclama, principalmente, do mau atendimento dos profissionais da Saúde, sobretudo na época da Quadra Festiva, e falta de celeridade no tratamento de documentos nos serviços administrativos do Estado.

Muitos funcionários, denunciou o delegado provincial da IGAE, ficam entretidos nos telemóveis, enquanto os utentes aguardam por rápido atendimento. Em face disso, solicitou maior celeridade no atendimento aos cidadãos, evitando práticas que maculem a boa gestão das instituições públicas.

No âmbito do funcionalismo público, José Manuel precisou que foram recepcionadas denúncias sobre a falta de

pagamento de subsídios aos trabalhadores que labutam em zonas recônditas, violação dos direitos dos trabalhadores, falta de avaliação de desempenho, entre outras irregularidades.

A IGAE, acrescentou o responsável, vai continuar a actuar para mitigar o desvio de conduta de alguns funcionários, tendo instado os mesmos a pautar pela ética e bons princípios na Administração Pública.

Em 2024, a IGAE, de acordo com José Manuel, promoveu seminários sobre Ética e Deontologia Profissional, nos municípios do Lucala, Ambaca, Ngonguembo, Samba Caju. (J.A.)++++

Justiça prioriza expansão dos serviços na Lunda-Norte

A delegada provincial da Justiça e Direitos Humanos da Lunda-Norte, Inocência Costa, reiterou ontem, que a instituição vai continuar a priorizar a expansão dos serviços no interior da província, para evitar que as pessoas percorram longas distâncias para tratar o Bilhete de Identidade.

Em declarações à imprensa, a propósito dos desafios para o presente ano, a responsável destacou que a elevação de nove comunas e distritos à categoria de municípios, no âmbito da Nova Divisão Político-Administrativa, vai facilitar o processo de expansão dos serviços de justiça.

Fez saber que actualmente, a província da Lunda-Norte conta com serviços de Identificação Civil e Criminal, Registos e Notariado, em dez dos 19 municípios, acrescentando que o desafio será implementar os serviços nas novas municipalidades, nomeadamente, Dundo, Mussungue, Cafunfo, Luan-gue, Cassanje Calucala, xá-Cassau, Luremo, Camaxilo e Canzar.

Os serviços dos Comitês Locais dos Direitos Humanos estão igualmente implementados em dez dos 19 municípios.

Por outro lado, informou que, em 2024, foram emitidos 27.301 assentos de nascimentos, 35.711 Bilhetes de Identidades, destes 2.808 no âmbito do programa “B.I da Dipanda”, efectuados em Novembro último, no quadro das celebrações dos 49 anos da Independência Nacional. (J.A.)++++

Governador do Moxico Leste quer maior envolvimento das organizações sociais

O governador da província do Moxico Leste, Crispiniano dos Santos, recomendou, no Luau, uma participação activa das organizações sociais no processo de desenvolvimento desta região do país.

O governador fez este apelo quando falava à imprensa no final de uma missa na paróquia Santa Terezinha, afecta à igreja católica, no quadro de uma visita de trabalho que desenvolveu naquele município fronteiriço, a mais de 250 quilómetros a Norte da sede provincial (Cazombo).

O dirigente reconheceu que as organizações sociais, com destaque para as igrejas, desempenham um papel fundamental na moralização da sociedade, bem como nos sectores da educação e formação técnico-profissional dos cidadãos.

Crispiniano dos Santos prometeu manter a colaboração com estas organizações, com vista a se encontrar estratégias para o desenvolvimento da circunscrição. “Vamos interagir com todos parceiros para fazermos uma província próspera e digna de se viver”, disse.

Crispiniano dos Santos, que assumiu recentemente a gestão da província do Moxico Leste, habitada por mais de 300 mil pessoas, cumpriu uma agenda de trabalhos no município do Luau, onde avaliou as condições socio-económicas da região. Entre os projectos radiografados, destacam-se as obras de construção da Estrada Nacional (EN250), entre os

municípios do Luau e Cameia, do parque fotovoltaico, com capacidade de gerar 32,2 megawatts, cuja conclusão está prevista para o final do corrente ano.

Crispiniano dos Santos constatou igualmente o aeroporto local “General Rafael Sapinha Sambalanga”, uma infra-estrutura moderna, com uma pista de 2.600 metros de comprimento e 45 metros de largura, bem como o Hospital Geral do Luau, inaugurado há um ano.

A província do Moxico Leste tem como capital a vila de Cazombo, que dista a mais de mil 500 quilómetros da capital do país (Luanda), composta por nove municípios e quatro comunas. (J.A.)++++

Auzílio Jacob exige disponibilidade e transparência aos quadros empossados

O governador provincial de Icolo e Bengo, Auzílio Jacob, exigiu, ontem, em Catete, disponibilidade, dedicação e transparência aos quadros que compõem a estrutura governativa local, de formas a satisfazerem as necessidades dos cidadãos.

O governador falava no acto de tomada de posse dos directores provinciais, membros do seu gabinete e assessores, nomeados por despacho e conveniência de serviço. Segundo Auzílio Jacob, os quadros ora nomeados devem estar comprometidos com o sacrifício diário, dando o seu máximo para servir e defender os interesses dos cidadãos.

Referiu que todos aqueles que assumem o compromisso de servir o Estado se propõem à obediência, à pobreza, “na medida em que a riqueza do servidor público se resume à transformação do cidadão pobre em rico relativamente à satisfação dos seus anseios e desejos”.

O governante salientou a necessidade de os recém-nomeados se doarem para garantir mais acesso a água potável,

energia eléctrica, medicamentos, formação escolar de qualidade, acesso à terra para o cultivo, e construção de habitação condigna e serviços administrativos no tempo certo e sem burocracia.

“O servidor público deve saber que só tem importância se estiver disponível para, em conjunto, trabalhar com cidadão, para que este atinja a sua felicidade e satisfação”, disse, para acrescentar que para ser bom servidor público o indivíduo não precisa, necessariamente, de ser o melhor licenciado, mestre ou doutor, mas que esteja comprometido com a resolução dos problemas do povo.

Auzílio Jacob advertiu, ainda, os recém-nomeados a fixarem residência na província de Icolo e Bengo como justificação de disponibilidade para com o cidadão. “Quem nós governamos vive cá, e eles devem saber que nós compartilhamos das mesmas dificuldades”, disse, para alertar ainda que não vai tolerar atrasos por motivos injustificáveis nas reuniões de emergência.

O governador considerou o acto histórico por constituir o início de funções dos primeiros funcionários do quadro geral da província de Icolo e Bengo após a sua promoção à qualidade de província.

“É um passo necessário para que o território comece a dar os primeiros passos e a funcionar, de modos a dar resposta as tarefas que foram incumbidas ao governador”, disse. Ontem, o governador de Icolo e Bengo conferiu posse a 14 directores provinciais, três membros do seu gabinete e igual número de assessores.

Foram empossados os directores da Saúde, Carla Fortes, da Educação, Orlando André Lundoloqui, da Acção Social, Família e Igualdade de Género, Isabel Vesse-Vesse Salomão, do Ambiente, Gestão de Resíduos e Serviços Comunitários, Jorge Zua Mondo, da Agricultura, Pecuária e Pescas,

José Manuel de Castro, dos Transportes, Tráfego e Mobilidade Urbana, Júlio António Azevedo, do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística, José Joaquim Manuel, e dos Registos e Modernização Administrativa, Catarina Leite.

Foram igualmente empossados Amélia Clementino da Rosa Tavares para directora do gabinete do governador, Délcio Ribeiro Pedro, secretário-geral do Governo Provincial de Icolo e Bengo, enquanto Mário António vai dirigir os Recursos Humanos, Hugueth de Carvalho Pacavira foi chamada para responder pela Direcção Jurídica e Intercâmbio e Francisco Lima Victoriano foi indicado para gerir a Comunicação Social, Ivanise Makiesse Pedrosa, directora-adjunta do gabinete do governador, Maria Cristina Agostinho, secretária, Manuel Abel, Evandro Jacó e Flávia Baptista assessores para os assuntos institucionais e administrativos, económico e social.

A cerimónia de posse decorreu no salão nobre da sede do Governo Provincial de Icolo e Bengo. No acto, os empossados fizeram a leitura do juramento seguido da assinatura do termo de posse.

Ainda sem administradores

Quanto à tomada de posse dos administradores municipais da província de Icolo e Bengo, anunciada no Jornal de Angola de segunda-feira, até a o fecho desta edição não tinha sido realizada.

Apesar de uma nota de imprensa divulgada pelo Gabinete Provincial de Comunicação local e publicada na edição de ontem, o governador provincial de Icolo e Bengo não conferiu posse aos seis dos sete administradores nomeados por despacho datado de 30 de Dezembro.

O governador justificou, na altura, à imprensa, que o acto era uma formalidade que aguardava por autorização do

Ministério do Território, o que não se realizou até ao fecho desta edição. (J.A.)++++

Governadora aborda com deputados situação política e socioeconómica

Questões de domínio político, económico e social dominaram, ontem, em Cabinda, as audiências concedidas pela governadora Suzana de Abreu aos deputados do Ciclo Provincial e aos líderes de partidos políticos com assento parlamentar.

No primeiro encontro, com os deputados à Assembleia Nacional, na Sala Nobre do Governo da Província de Cabinda, que serviu, também, de apresentação oficial dos parlamentares à nova governadora, estiveram em abordagem aspectos de carácter social, económico e político, assim como outros assuntos importantes de interesse da região e do país.

O deputado da UNITA, Lourenço Lumingo, porta-voz do encontro que juntou a governadora e os parlamentares do MPLA e da UNITA, revelou que, entre vários assuntos, a conversa com a autoridade máxima da província incidiu, também, sobre a necessidade da extensão para outros municípios de um núcleo do Ensino Superior da Universidade 11 de Novembro.

"Falámos, igualmente, sobre a problemática da imigração ilegal, que está a invadir, aos poucos, as nossas populações, e, também, aconselhamos a governadora, no sentido de como deve ser, na nossa opinião, a governação da província", disse.

Lourenço Lumingo referiu, também, que os deputados do Círculo Provincial de Cabinda estão interessados a contribuir, com o seu saber, para ajudar na tomada de decisões da governação, sobretudo quanto às questões da vida social da província. "Apelamos à senhora governadora Suzana de

Abreu, no sentido de manter estes encontros, uma vez que há questões locais que transcendem a competência da província, tal como a conclusão das obras da Mediateca e da Centralidade do Chibodo II 'André Santana Pitra Petroff', que, com o apoio dos deputados, podemos encontrar soluções para esses grandes projectos, dentro da estrutura central”, disse.

Partidos políticos apelam à governação de proximidade

Num segundo momento, Suzana de Abreu recebeu, em audiência, os líderes dos partidos com assento no Parlamento, nomeadamente PRS, PHA, FNLA, UNITA e MPLA.

À saída da reunião com a governadora, o segundo-secretário provincial do MPLA em Cabinda, Artur do Carmo Manuel, o objectivo dos partidos foi o de velar pelo bem-estar social e económico da população.

“Apelamos, igualmente, aos deputados da oposição, a serem cada vez mais responsáveis nos trabalhos de informação que transmitem aos militantes, além de outras preocupações que afligem a vida da população local”, revelou o político do MPLA, sublinhando, ainda, que houve o apelo à oposição, para que seja clara na abordagem sobre tudo quanto está a ser feito na província, com muito sacrifício, no âmbito das políticas locais.

Para o líder da UNITA em Cabinda, João Manuel, a recepção calorosa que mereceram da governadora Suzana de Abreu deve ser enaltecida, referindo que, apesar de se tratar de um encontro de cortesia, houve oportunidade para a solicitação da inclusão dos deputados do partido no círculo provincial, a participarem nos debates sobre algumas questões que afectem a população cabindense.

“Por ser o nosso primeiro encontro com a governadora, não abordamos com profundidade as questões mais relevantes da província, mas apelamos sobre o relacionamento de

aproximação, para que, em conjunto, possamos encontrar soluções para as preocupações do dia-a-dia das nossas províncias, que, de certo modo, afectam a população”, referiu.

O secretário provincial do Partido de Renovação Social (PRS), Donji Vieira, disse que o encontro serviu de meio formal de apresentação à nova governadora da província. “Tratámos de assuntos ligados à sociedade, sobre como devemos nos comportar e aconselhámos governadora a trabalharmos em conjunto, para alcançarmos objectivos comuns, que beneficiam a nossa sociedade”, ressaltou. (J.A.)++++

Miguel Bembe destaca o actual nível da diplomacia em 50 anos de Independência

A diplomacia angolana nunca esteve tão alta como agora e ficará ainda mais, em Fevereiro, com o assumir da presidência da União Africana pelo Chefe de Estado, João Lourenço, afirmou, segunda-feira, o embaixador de Angola na Etiópia e representante permanente junto desta organização continental, Miguel Bembe.

Em declarações ao Jornal de Angola, no final de uma visita guiada às instalações da Edições Novembro, Miguel Bembe disse que 50 anos depois da Independência, a diplomacia angolana nunca tinha alcançado um nível tão elevado como agora, “numa fase em que a sua voz é respeitada em todos os países, e vai assumir a presidência deste órgão máximo da União Africana”.

O também representante da Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA) acrescentou que o Presidente João Lourenço, ao assumir a liderança da UA, vai, naturalmente, deixar a “marca de Angola”, em especial nos assuntos ligados à prevenção e resolução de conflitos em África, uma experiência que vai ficar na história do povo angolano. De acordo com o embaixador, os temas ligados à paz

e segurança, à disseminação da cultura da Paz, à segurança alimentar no continente, às alterações climáticas, entre outras, vão merecer destaque na presidência angolana da UA. Durante a visita guiada pelo presidente do Conselho de Administração da empresa Edições Novembro, Drumond Jaime, o diplomata percorreu as instalações, passando pelas áreas da Redação Central do Jornal de Angola, Multimédia, Publicidade, Recursos Humanos, Jurídica e Financeira.

Miguel Bembe visitou, também, o Centro de Documentação e Informação do Jornal de Angola, onde recebeu informações do contributo da área para a empresa.

De referir aqui ser a terceira vez que o diplomata visita a sede das Edições Novembro. Miguel Bembe elogiou o bom ambiente de trabalho observado e reconheceu as grandes transformações positivas realizadas, sobretudo, em termos de melhoria das condições de trabalho e de rejuvenescimento do quadro de pessoal.

Os órgãos de comunicação social públicos e privados da República Democrática Federal da Etiópia estão interessados em desenvolver e estreitar o intercâmbio, com as congéneres angolanas, revelou, o embaixador .

Nos últimos meses, disse, os media etíopes, têm mostrado interesse em conhecer e manter contactos com a comunicação social de Angola.

De acordo com o também representante da Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA), a ampliação da cooperação dependerá, em grande parte, do interesse de ambos os países, bem como os dos órgãos ministeriais que supervisionam o segmento da comunicação social e tecnologias.

Todavia, acrescentou, se Angola manifestar a vontade de estreitar o intercâmbio com os media etíopes, naturalmente, o desejo vai ser concretizado, tendo em conta as

oportunidades que a cooperação irá proporcionar para os dois povos. A título de exemplo, no capítulo da cooperação entre os dois Estados, Miguel Bembe disse que, em 2023, um grupo de técnicos ligados ao Centro de Imprensa da Presidência da República de Angola (CIPRA), dentre outras instituições de comunicação social privada, visitaram, Addis Abeba para conhecer de perto o mercado etíope.

Durante a visita guiada, Miguel Bembe, acompanhado do presidente do Conselho de Administração da Edições Novembro, Drumond Jaime, e do administrador para área de Conteúdos, Cândido Bessa, percorreu as diversas áreas do Jornal de Angola, com realce para a Multimédia, Publicidade, Recursos Humanos, Jurídica e Financeira, entre outras.

(J.A.)++++

Alunos e professores marcaram presença no primeiro dia de aulas

O primeiro dia de aulas do ensino geral assinalado, segunda-feira, após a pausa pedagógica de 15 dias para as festividades do Natal e do Ano Novo, foi marcado pela presença massiva de alunos e professores nos estabelecimentos de ensino em todo o país.

Em Luanda, numa ronda efectuada em vários pontos da província, foi possível constatar o movimento característico de alunos trajados de batas brancas, no regresso às aulas que marca o início do segundo trimestre do calendário nacional.

De acordo com a directora da Escola São José Claver, na Tourada, Esperança Ribeiro, os alunos e profissionais compareceram às aulas, tendo se registado apenas a ausência de alguns professores, sobretudo por motivos de saúde.

No Colégio São José de Cluny, o ambiente voltou à normalidade. “As aulas começaram ao ritmo habitual e a presença de alunos foi considerável, as turmas estão quase

completas, faltaram dois ou três alunos por algum motivo de força maior”, explicou a professora auxiliar Lúcia António.

Cacuaco

No município de Cacuaco, os estudantes e docentes compareceram em massa aos estabelecimentos de ensino, depois da pausa pedagógica registada no período de 18 de Dezembro a 3 deste mês. As provas do professor, informou, vão ser realizadas de 24 de Fevereiro a 7 de Março, enquanto a frequência trimestral está agendada para o período de 25 de Março a 3 de Abril.

Segundo o calendário escolar, o terceiro e último trimestre começa a 21 de Abril e termina a 31 de Julho, compreendendo 12 semanas lectivas. O ano lectivo 2024/25 arrancou, no dia 2 de Setembro, após o acto de abertura a 30 de Agosto, na cidade do Uíge.

Benguela

A directora do Complexo Escolar BG 1.348-Luiz Gomes Sambo, Teresinha Ernesto, manifestou satisfação pelo elevado número de alunos que compareceu à instituição e de docentes, apesar de se registar um ligeiro atraso da maioria. No segundo trimestre, explicou, as acções incluem avaliações para medir o desempenho dos alunos em relação às matérias já leccionadas, estabelecendo a base para a inclusão de novos conteúdos.

Teresinha Ernesto considerou necessário um maior envolvimento dos encarregados de educação no processo de ensino e aprendizagem. “Os docentes não conseguem fazer nada de forma isolada, é necessária a colaboração dos professores para se atingir o sucesso escolar”, disse.

Cunene

As escolas do Ensino Primário e Secundário públicas e privadas na cidade de Ondjiva, no Cunene, também registaram a adesão de discentes e docentes no reinício das aulas.

Por sua vez, a directora da escola primária, Rei Nande, Helda Safodino, fez um balanço positivo do primeiro dia de aula, pela adesão acentuada dos professores e alunos. O director para área Administrativa da Escola Primária 122, Heraldo Samuel, louvou a atitude dos pais e encarregados de educação que decidiram levar os menores à escola.

Fraca presença no Cubango

No município de Menongue, província do Cubango, o primeiro dia de aulas do segundo trimestre do ano lectivo 2024/2025 foi marcado por um grande nível de absentismo dos alunos em várias instituições do ensino primário e secundário.

O director do Liceu 22 de Novembro, Inocêncio Herculano disse que apenas 20 estudantes marcaram presença no primeiro dia de aulas, dos cerca de 1.520 alunos matriculados nos cursos de Ciências Económicas e Jurídicas, Ciências Humanas e Ciências Físicas e Biológicas.

Em termos de presença dos professores, Inocêncio Herculano disse que o cenário foi diferente, tendo informado que o número de docentes foi considerável. No Instituto Médio Politécnico de Administração e Gestão (IMPAG) “23 de Março” foi registado, igualmente, uma fraca adesão dos alunos, apesar da presença massiva de professores e dos funcionários administrativos.

Por seu turno, o director daquela instituição de ensino, Bernardo Dala, disse que os professores estão sujeitos à colocação de faltas, caso não comparecerem no local de serviço, tendo em conta que este comportamento altera o cumprimento do calendário escolar.

De acordo com a responsável do Complexo Escolar n.º 24 Hoji-ya-Henda, Amélia Nunda, cerca de 75 por cento do corpo docente, esteve presente na instituição, porém

registou-se um total absentismo de alunos nas 22 salas de aula que a escola possui.

Condições acauteladas

O director provincial da Educação nas províncias do Cuando e Cubango, Inácio Samba, assegurou que todas as condições foram acauteladas em todas as instituições de ensino para o arranque das aulas do segundo trimestre.

O responsável disse que o cenário do absentismo nos primeiros dias de aulas tem sido recorrente, daí que os alunos e professores que não marcarem presença estão sujeitos à aplicação de faltas.

Inácio Samba encorajou os pais e encarregados de educação a incentivarem os seus educandos a marcarem presença nas escolas para não influenciarem negativamente na sua avaliação.

A nível das províncias do Cuando e do Cubango, acrescentou, estão matriculados 190 mil alunos do ensino primário, primeiro e segundo ciclos, bem como alfabetização, assegurados por 5.552 professores. (J.A.)++++

Riscos de inundações em Cambambe motivam campanhas de sensibilização

Os riscos de inundações devido à abertura das comportas das barragens de Laúca e Cambambe motivaram várias campanhas de sensibilização na província do Cuanza-Norte.

Os riscos de inundações resultantes das descargas das albufeiras das barragens de Laúca e Cambambe, que começam a ser abertas às 13 horas de terça-feira próxima, deram azo a nove acções de sensibilização, junto às comunidades que residem nas margens do rio Kwanza, na comuna de Massangano. Segundo a porta-voz da Delegação do Ministério do Interior no Cuanza-Norte, que falava à imprensa, o Comando

de Protecção Civil e Bombeiros em Cambambe realizou, igualmente, nove visitas de constatação para prevenir desastres. A abertura das comportas das barragens acima referidas fará com que passem dos actuais 600 para 2.000 metros cúbicos de água por segundo.

No total, 2.650 pessoas de Carinda, Ngolo, Cambondo, Cassequel, Kixingango, Lola, Maculumbi, Mulende e Musseque Cariapuco poderão ficar afectadas pelas inundações. A administração local tudo está a fazer para acudir os residentes que aguardam apreensivamente o momento da abertura das comportas das barragens de Laúca e Cambambe.

Muitos dos quais estão a abandonar, por conta própria, as habitações e estão a ser alojados temporariamente em casas de parentes ou arrendadas, no Dondo, sede do município. Estas descargas acontecem todos os anos, entre Outubro e Abril, para regularizar o volume de água nas barragens, mantendo a quantidade suficiente para o normal funcionamento.

Nos últimos anos, mais de oito mil populares viram as residências e campos de cultivos inundados devido às cheias do rio Kwanza provocadas pela mesma situação. A medida pretende, ainda, reduzir os efeitos das chuvas uma vez que o INAMET prevê um índice de precipitação acima do normal nos próximos tempos. (J.A.)++++

Serviços de Comunicação Institucional e Imprensa da Embaixada da República de Angola na República Portuguesa, 07 de Janeiro de 2025